

O FRETE BARATO DO PRESIDENTE

Lula disse nesta semana que o preço do frete rodoviário está baixo. Disse isso em público, ao cobrar do Senado a votação de uma medida provisória sobre o setor. Quem vive de transportar carga ouviu a frase enquanto encara o preço do diesel, que até recuou um pouco em junho, acumular alta de 15% em um ano. Para o caminhoneiro que negocia cada viagem no aperto, a declaração simplesmente não combina com o que acontece na estrada.

Fosse uma frase isolada, talvez passasse despercebida. O problema é que os fatos da própria semana seguiram em outra direção.

O próprio governo já admite que a inflação deste ano ficará acima do que havia previsto, com o El Niño pressionando o preço dos alimentos antes mesmo da colheita. Ao mesmo tempo, a Fazenda confirmou que a retirada do subsídio da gasolina começará na próxima semana. Na prática, o desconto que ajudava a segurar o preço acaba justamente quando outros custos continuam pressionados.

Tem outro ponto que recebeu bem menos atenção. Praticamente toda semana, o Tesouro vai ao mercado vender títulos da dívida pública para financiar as despesas do governo. Bancos e fundos compram esses papéis e, em troca, recebem juros. Nesta semana, esses investidores exigiram uma remuneração maior para continuar emprestando dinheiro ao governo.

O motivo apareceu no mesmo dia. Pela manhã, o ministro da Fazenda afirmou que as contas de 2027 fechariam no azul sem aumento de impostos e sem corte de gastos. À tarde, o mercado respondeu cobrando juros mais altos para financiar essa promessa, e o Tesouro aceitou pagar.

Isso pode parecer um assunto distante da rotina de quem trabalha e paga contas, mas não é. O custo desse dinheiro aparece no financiamento da casa, no cartão de crédito, no crediário e também no preço que o comerciante paga para repor o estoque. Quando o governo passa a pagar mais para tomar empréstimos, esse custo acaba se espalhando por toda a economia. E quem recebe essa remuneração maior são justamente os bancos e fundos que financiaram a dívida pública.

O resultado aparece em vários lugares ao mesmo tempo. O desconto da gasolina acaba, o diesel continua mais caro do que há um ano, os alimentos seguem pressionados e o crédito fica mais caro. Quem depende do frete para trabalhar ou do carro para viver sente isso antes de qualquer relatório econômico.

A resposta do governo já é conhecida. O FMI deve revisar para cima a projeção de crescimento do Brasil, e as vendas de automóveis tiveram o melhor mês de junho em treze anos. Os números existem, mas eles não mudam o fato de que famílias e empresas continuam pagando mais caro para financiar uma casa, um carro ou o capital de giro do próprio negócio.

Enquanto isso, o presidente corre o país inaugurando obras antes das restrições impostas pela legislação eleitoral. Questionado sobre essas regras, respondeu que são uma "papagaiada". Ao mesmo tempo, o desconto da gasolina acaba e o reajuste começa a aparecer nos postos já na próxima semana. Uma notícia ocupa as manchetes. A outra aparece quando o motorista encosta para abastecer.

No fim, ninguém precisa acompanhar leilões do Tesouro nem ler relatórios do mercado financeiro para perceber o que está acontecendo. Basta abastecer o carro, fazer compras ou conversar com quem vive do transporte de cargas. Contudo, o presidente continua dizendo que o frete está barato.

- **Frete pressionado:** A defasagem entre a declaração presidencial e os custos reais do transporte rodoviário, especialmente diante da alta anual do diesel.
- **Crédito mais caro:** A desconfiança fiscal eleva os juros exigidos nos títulos públicos e amplia o custo dos financiamentos, do cartão, do crediário e do capital de giro.
- **Discurso e realidade:** Indicadores positivos destacados pelo governo contrastam com o fim do desconto da gasolina, a inflação dos alimentos e a pressão cotidiana sobre famílias e empresas.

